



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2018

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	5
2. Factos relevantes.....	7
2.1 Sector Energético.....	7
2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural.....	7
2.2 Sector das Águas.....	8
2.2.1 Plano de intervenções em albufeiras.....	8
2.2.2 Protocolo com a EDIA.....	8
2.2.3 Investimento realizado pelas empresas do grupo AdP.....	9
2.3 Sector Portuário.....	9
2.3.1 Processo de renegociação do Terminal de Contentores de Alcântara.....	9
3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário.....	10
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros.....	10
3.2 Evolução dos fluxos financeiros.....	10
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º trimestre de 2018.....	10
4. Anexos.....	16

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	5
Quadro 2 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias, no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	11
Quadro 3 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias, no 1.º trimestre de 2018 e respetiva variação homóloga.....	11
Quadro 4 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	15
Quadro 5 – Identificação das concessões no sector dos Portos	16
Quadro 6 – Identificação das concessões das Águas.....	17
Quadro 7 – Identificação das concessões Hídricas.....	17
Quadro 8 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	18
Quadro 9 – Identificação das concessões para a Eletricidade.....	18
Quadro 10 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga	19
Quadro 11 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga	20

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2018.....	12
Gráfico 2 – Distribuição do valor das rendas das concessões portuárias, por Administração Portuária, no 1.º trimestre de 2018	12

Siglas

1T	1.º trimestre
1T 2017	1.º trimestre de 2017
1T 2018	1.º trimestre de 2018
2018P	Previsão para 2018
AdP	AdP - Águas de Portugal
AdP, S.A.	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.
APDL	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
<i>cfr.</i>	Conforme
DRE	Diário da República Eletrónico
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
EUR	Euro
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
n.a.	Não aplicável
n.d.	Não disponível
TCGL	Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões
TCL	Terminal de Contentores de Leixões
TEU	<i>Twenty Feet Equivalent Unit</i> / Unidade equivalente a um contentor
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
USD	<i>United States dollar</i>
Δ 1T2018/1T2017	Varição ocorrida entre o 1.º trimestre de 2017 e o 1.º trimestre de 2018

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos investimentos e/ou das receitas líquidas com concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético e portos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos. Nessa medida, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores são apresentados numa ótica de *cash-flow*, a preços correntes do ano a que respeitam e, quando aplicável, incluem IVA à taxa legal em vigor à data, sendo os mesmos arredondados à unidade mais próxima;
- Relativamente ao sector portuário, os valores apresentados correspondem às melhores estimativas das respetivas Administrações Portuárias, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões¹, relativo ao 1.º trimestre de 2018, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético e das águas e resíduos, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

Relativamente aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2018	Peso no Total (1T)	1T2017	Δ 1T2018 / 1T2017	2018 P	% Execução
Douro e Leixões	6 769	40%	7 172	-6%	26 433	26%
Sines	4 098	24%	4 677	-12%	21 176	19%
Lisboa	4 159	25%	4 086	2%	14 807	28%
Setúbal	1 606	10%	1 568	2%	6 860	23%
Aveiro	188	1%	122	54%	573	33%
Total	16 820	100%	17 625	-5%	69 849	24%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No 1.º trimestre de 2018, o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascendeu a cerca de 16,8 milhões de euros, representado um decréscimo, de aproximadamente 5%, face ao período homólogo anterior. Destacam-se, **(i)** pela sua importância em termos de peso relativo no total das

¹ Considerando, neste universo, um conjunto de contratos de natureza concessória que tradicionalmente vêm sendo reportados pela Tutela Financeira do Estado, independentemente de os mesmos configurarem ou não contratos de parceria público-privada para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

receitas portuárias (40%), o caso dos portos do Douro e Leixões e, **(ii)** pelo seu contributo para a evolução global das receitas verificada no trimestre, o porto de Sines, o qual registou uma redução, de cerca de 12%, das receitas face ao período homólogo anterior.

A evolução das receitas das Administrações Portuárias encontra-se em linha com o decréscimo verificado, no mesmo período, no movimento global de mercadorias, o qual é explicado, sobretudo, pela redução das quantidades movimentadas no porto de Sines.

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Relativamente às atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, importa destacar os seguintes eventos ocorridos durante o 1.º trimestre de 2018:

- Publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2018, de 4 de janeiro², que aprova o programa de ações e estudos a desenvolver pela ERSE no âmbito da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio;
- Publicação da Portaria n.º 32/2018, de 22 de janeiro³, que define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (“RESP”), oriunda de unidades de pequena produção (“UPP”) que utilizam fontes de energia renovável;
- Publicação do Decreto-Lei n.º 4/2018, de 2 de fevereiro, que cria um incentivo destinado a promover a substituição de combustíveis fósseis por energia elétrica para o abastecimento de veículos de transporte público municipais de passageiros;
- Publicação do Decreto-Lei n.º 5/2018, de 2 de fevereiro, que estabelece os critérios definidores do processo de receção, devolução e troca de garrafas utilizadas de gás de petróleo liquefeito e os termos de comercialização obrigatória nos postos de abastecimento de veículos rodoviários de gás de petróleo liquefeito engarrafado;
- Publicação do Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro, que regulamenta a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro, e estabelece as restrições básicas ou níveis de referência relativos à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão;
- Publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2018, de 8 de fevereiro⁴, que aprova um conjunto de medidas com vista à atualização do regime jurídico da Zona Piloto para energias renováveis oceânicas;
- Publicação da Portaria n.º 62/2018, de 26 de fevereiro⁵, que aprova o regulamento para atribuição de licenças de produção ou aceitação de comunicação prévia para a produção de eletricidade em regime especial e no regime remuneratório geral;
- Publicação da Diretiva n.º 1/2018 da ERSE, de 21 de dezembro de 2017⁶, que operacionaliza o regime equiparado ao das tarifas transitórias;

² Publicada no *Diário da República*, n.º 8, 1.ª série, de 11 de janeiro de 2018.

³ Publicada no *Diário da República*, n.º 16, 1.ª série, de 23 de janeiro de 2018.

⁴ Publicada no *Diário da República*, n.º 35, 1.ª série, de 19 de fevereiro de 2018.

⁵ Publicada no *Diário da República*, n.º 44, 1.ª série, de 2 de março de 2018.

⁶ Publicada no *Diário da República*, n.º 2, 2.ª série, de 3 de janeiro de 2018.

- Publicação da Diretiva n.º 2/2018 da ERSE, de 15 de dezembro de 2017⁷, que aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2018;
- Publicação da Diretiva n.º 3/2018 da ERSE, de 22 de dezembro de 2017⁸, que aprova os perfis de consumo, de produção e de autoconsumo de eletricidade aplicáveis em 2018;
- Publicação da Diretiva n.º 4/2018 da ERSE, de 22 de dezembro de 2017⁹, que aprova os perfis de perdas das redes elétricas aplicáveis em 2018;
- Publicação da Diretiva n.º 5/2018 da ERSE, de 29 de dezembro de 2017¹⁰, que aprova a inscrição em Áreas de Balanço das Unidades Físicas relativas aos aproveitamentos hidroelétricos de Ovadas e Torga;
- Publicação da Diretiva n.º 6/2018 da ERSE, de 2 de fevereiro¹¹, que aprova as regras dos projetos-piloto de aperfeiçoamento da estrutura tarifária e de tarifas dinâmicas no Acesso às Redes em MAT, AT e MT em Portugal Continental;
- Publicação da Diretiva n.º 7/2018 da ERSE, de 8 de março¹², que aprova o Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados do setor do gás natural.

2.2 Sector das Águas

2.2.1 Plano de intervenções em albufeiras

Em 24 de janeiro de 2018, foi apresentado o plano de intervenções em albufeiras, englobando intervenções em oito albufeiras e representando um investimento de cerca de 3,5 milhões de euros. O plano é financiado, em parte, pelo Fundo Ambiental e permitirá potenciar o aproveitamento do volume de água que existe nas albufeiras, mitigando os problemas de escassez de água, quer no que concerne ao abastecimento público, quer à rega.

2.2.2 Protocolo com a EDIA

A EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva e as três empresas do Grupo AdP com operação no Alentejo assinaram, a 17 de fevereiro de 2018, acordos de

⁷ Publicada no *Diário da República*, n.º 3, 2.ª série, de 4 de janeiro de 2018.

⁸ Publicada no *Diário da República*, n.º 8, 2.ª série, de 11 de janeiro de 2018.

⁹ Publicada no *Diário da República*, n.º 8, 2.ª série, de 11 de janeiro de 2018.

¹⁰ Publicada no *Diário da República*, n.º 13, 2.ª série, de 18 de janeiro de 2018.

¹¹ Publicada no *Diário da República*, n.º 41, 2.ª série, de 27 de fevereiro de 2018.

¹² Publicada no *Diário da República*, n.º 62, 2.ª série, de 28 de março de 2018.

cooperação técnica e operacional com vista a aumentar a resiliência dos sistemas de fornecimento de água para consumo humano e para consumo agrícola e industrial, nesta região. Integram-se, no âmbito destes acordos, a realização de ligações diretas de condutas adutoras da EDIA à ETA de Monte Novo (Évora) e à ETA da Vigia (Redondo), geridas pela empresa AdVT – Águas do Vale do Tejo, S.A. e à ETA do Roxo (Aljustrel) e ETA de Monte da Rocha (Ourique), geridas pela empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. O memorando de entendimento entre a EDIA e a AdSA – Águas de Santo André, S.A., relativo ao projeto “Levar água do Alqueva a Sines”, enquadra-se igualmente no protocolo referido.

2.2.3 Investimento realizado pelas empresas do grupo AdP

No decorrer do 1.º trimestre de 2018, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. assinou o contrato de empreitada com o Consórcio Domingos da Silva Teixeira, S.A./DTE – Instalações Especiais, S.A. para adução de água à zona poente do concelho de Odemira. A empreitada tem o prazo de execução de 480 dias e o valor de 3.833.990,00 € (três milhões, oitocentos e trinta e três mil novecentos e noventa euros), com financiamento POSEUR.

2.3 Sector Portuário

2.3.1 Processo de renegociação do Terminal de Contentores de Alcântara

No decurso do 1.º trimestre de 2018 foi emitido o despacho n.º 2130/2018, de 21 de fevereiro, da Senhora Ministra do Mar, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2018, na sequência do qual foram retomados os trabalhos da comissão de renegociação constituída pelo despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, publicado no Diário da República, 2ª série, N.º 61, de 27 de março de 2014, relativos ao processo negocial da concessão do Terminal de Contentores de Alcântara, para prossecução dos novos objetivos estabelecidos no referido despacho^{13/14}.

¹³ Recorde-se que, em 12 de dezembro de 2017, foi publicado, no Diário da República, 2.ª série, n.º 237, o Despacho n.º 10869/2017, da Senhora Ministra do Mar, de 28 de outubro de 2017, através do qual a mesma revoga, com efeitos contados da data de publicação, o despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 14 de março de 2014.

¹⁴ À data da publicação do presente boletim, foi já celebrada, entre a Comissão de Negociação e a Concessionária, uma ata preliminar de estabilização dos principais termos do acordo sobre os pressupostos económico-financeiros (datada

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que, nos fluxos financeiros apresentados, não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas autoridades portuárias nestas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º trimestre de 2018

No 1.º trimestre de 2018, o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascendeu, em termos globais, a cerca de 16,8 milhões de euros, representando uma diminuição, de cerca de 5%, face ao valor auferido no período homólogo de 2017.

Esta evolução encontra-se em linha com a diminuição verificada, no mesmo período, no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, resultado do decréscimo registado não só nos portos de Setúbal, do Douro e Leixões e de Aveiro, mas principalmente no porto de Sines (*cf.* Quadro 3 seguinte).

de 26 de novembro de 2018), encontrando-se o processo negocial em curso focado, sobretudo, na discussão dos instrumentos jurídicos de alteração do Contrato de Concessão.

Quadro 2 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias, no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Setor Portuário	1T2018	Peso no Total (1T)	1T2017	Δ 1T2018 / 1T2017	2018 P	% Execução
Douro e Leixões	6 769	40%	7 172	-6%	26 433	26%
Sines	4 098	24%	4 677	-12%	21 176	19%
Lisboa	4 159	25%	4 086	2%	14 807	28%
Setúbal	1 606	10%	1 568	2%	6 860	23%
Aveiro	188	1%	122	54%	573	33%
Total	16 820	100%	17 625	-5%	69 849	24%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 3 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias, no 1.º trimestre de 2018 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário	1T2018	Peso no Total (1T)	1T2017	Δ 1T2018 / 1T2017
Douro e Leixões	4 330 445	24%	4 521 879	-4%
Sines	10 289 095	56%	12 714 057	-19%
Lisboa	2 451 857	13%	2 432 055	1%
Setúbal	1 040 222	6%	1 093 485	-5%
Aveiro	152 910	1%	156 619	-2%
Total	18 264 529	100%	20 918 095	-13%

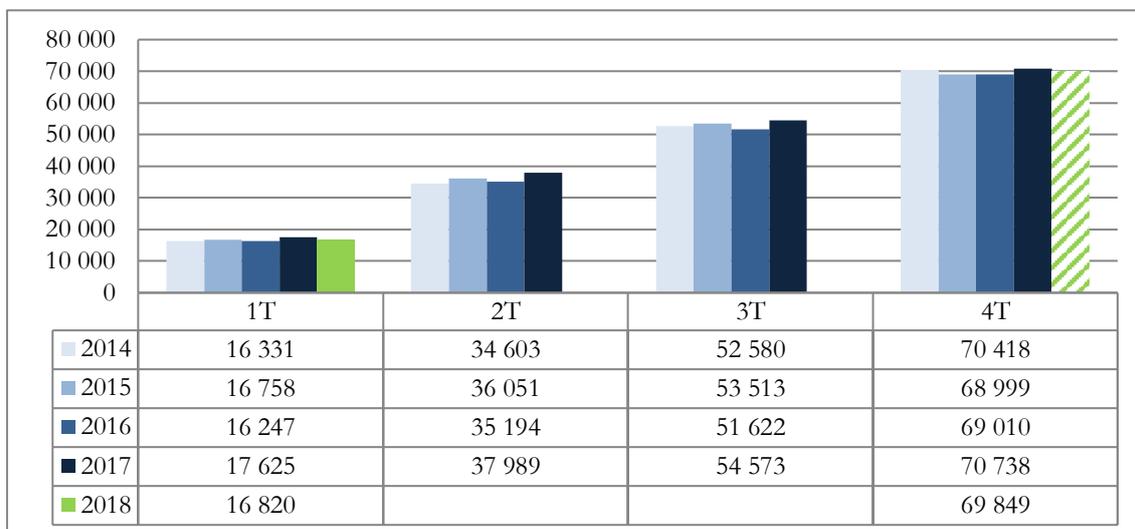
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como evidenciado no *Quadro 2* anterior, a referida evolução global dos fluxos financeiros resulta, essencialmente, do decréscimo das rendas auferidas pelas Administrações Portuárias de Sines (-12%) e do Douro e Leixões (-6%), as quais registaram, em conjunto, uma redução de cerca de 981,7 milhares de euros face ao período homólogo anterior.

No *Gráfico 1* seguinte, apresenta-se a evolução das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre, desde 2014, sendo possível constatar uma tendência de ligeira melhoria das receitas anuais, desde 2015, a qual deverá ser, de certa forma, reflexo da evolução positiva que se tem vindo a registar ao nível da movimentação global de mercadorias nos portos objeto de análise.

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2018

Valores em milhares de euros



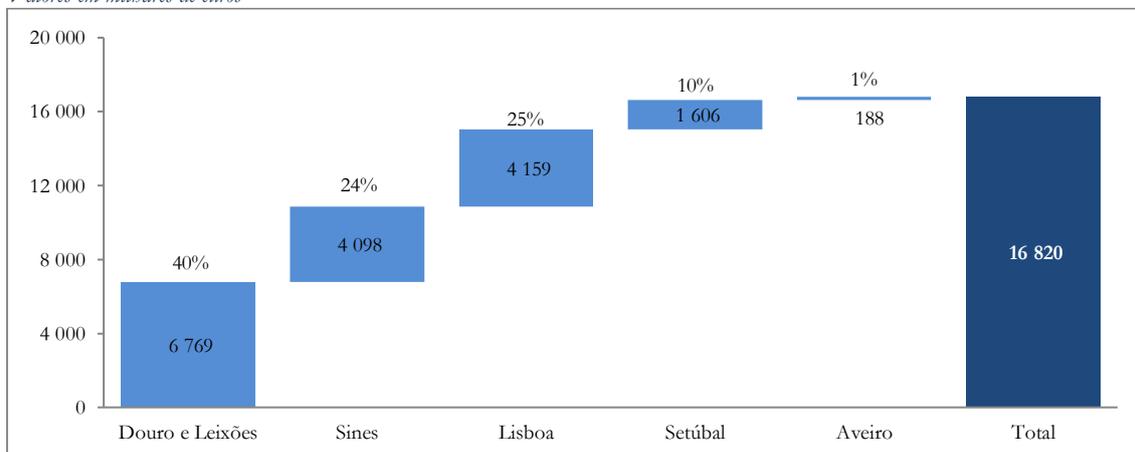
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2018 corresponde ao valor total previsto para 2018.

Em termos de peso relativo nas receitas totais, os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões mantiveram, no trimestre em análise, a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 40% destas, seguindo-se, em termos de ordem de importância, os terminais portuários concessionados dos portos de Lisboa e de Sines, com pesos relativos de 25% e 24%, respetivamente (*cf.* Gráfico 2 seguinte).

Gráfico 2 – Distribuição do valor das rendas das concessões portuárias, por Administração Portuária, no 1.º trimestre de 2018

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 4* seguinte, o valor das rendas auferidas, no 1.º trimestre de 2018, pela Administração Portuária de Sines foi inferior, em cerca de 578,7 milhares de euros, ao registado no período homólogo de 2017, sendo este decréscimo essencialmente justificado pela redução das receitas relativas ao Terminal de Contentores de Sines XXI, a qual, por sua vez, resulta, fundamentalmente, do efeito combinado **(i)** da redução, de cerca de 26%, das quantidades movimentadas no referido terminal, quando comparado com o período homólogo anterior, com **(ii)** a diminuição registada, no trimestre em análise, da taxa de câmbio USD/EUR, face ao valor verificado no trimestre homólogo de 2017¹⁵.

Do mesmo modo, foi registado um decréscimo, de aproximadamente 403,0 milhares de euros, das receitas auferidas pela Administração Portuária dos portos do Douro e Leixões, quando comparado o 1.º trimestre de 2018 com o período homólogo anterior. Esta evolução é justificada, em grande medida, **(i)** pela redução, de cerca de 29%, do valor das rendas relativas ao Terminal de Carga a Granel de Leixões, na sequência da entrada em vigor, em junho de 2017, do 4.º aditamento ao respetivo contrato de concessão¹⁶, assim como **(ii)** pelo decréscimo, de aproximadamente 4%, do valor das rendas relativas ao Terminal de Contentores de Leixões, resultado da diminuição, de cerca de 8%, registada ao nível do movimento de carga contentorizada, face ao trimestre homólogo anterior.

Em sentido contrário, o porto de Aveiro registou, no 1.º trimestre de 2018, um aumento das receitas portuárias face ao valor registado no período homólogo, resultado, sobretudo, do aumento das rendas relativas ao Serviço de Reboque, na sequência, quer do recebimento, no período em análise, de um fluxo financeiro referente ao acerto da renda variável relativa ao ano de 2017, o qual não teve paralelo no período homólogo anterior, quer da atualização, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, da taxa variável cobrada à respetiva Concessionária, nos termos contratualmente previstos.

No caso do porto de Lisboa, também foi registado um aumento, de aproximadamente 2%, das rendas auferidas pela respetiva Administração Portuária, quando comparado o 1.º trimestre de 2018 com igual período de 2017. Esta evolução é essencialmente justificada pelo acréscimo das receitas relativas ao Terminal Multiusos do Beato – em virtude do

¹⁵ Nos termos contratuais atualmente em vigor, o valor das taxas a cobrar à Concessionária está definido em USD, sendo posteriormente convertido para EUR.

¹⁶ No âmbito do 4.º aditamento ao contrato de concessão do Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões, assinado em março de 2017, foi estabelecido o compromisso de a concessionária praticar, até ao final do período da concessão, um desconto comercial médio de 30% sobre o tarifário máximo, assim como a realização de um conjunto de investimentos adicionais destinados a mitigar o impacto ambiental da operação portuária e incrementar a sua eficiência e sustentabilidade a este nível, tendo ainda sido acordada a prorrogação do prazo da concessão em 5 anos e a redução das taxas cobradas à Concessionária.

recebimento, no trimestre em apreço, de diversas faturas relativas a rendas fixas que se encontravam em atraso de anos anteriores –, o qual foi parcialmente compensado pela redução das rendas referentes ao Terminal Multipurpose de Lisboa – na sequência da realização, no período em análise, de acertos referentes ao valor das taxas cobradas à respetiva Concessionária relativamente à atividade de anos anteriores (de 2016 e de 2017).

Relativamente à movimentação global registada nos terminais concessionados do referido porto, importa ainda destacar o decréscimo das quantidades movimentadas no Terminal Contentores de Alcântara, no Terminal de Graneis Líquidos do Barreiro, no Terminal Multiusos do Beato e no Terminal do Barreiro, resultado, sobretudo, das más condições climatéricas registadas, no trimestre em apreço, na região de Lisboa, as quais conduziram, quer a atrasos consecutivos, quer a cancelamento e desvio de rotas de navios de mercadorias. Contudo, o referido decréscimo foi compensado, em grande medida, pelo aumento das quantidades movimentadas nos Terminais de Graneis Alimentares do Beato e da Trafaria, por via da recuperação gradual de linhas que haviam deixado de escalar em Lisboa, na sequência das greves registadas em 2016¹⁷.

Por último, o valor das receitas relativas ao porto de Setúbal¹⁸ apresentou também, no trimestre em apreço, um acréscimo, de cerca de 2%, face ao registado no período homólogo anterior. Apesar de se ter registado, no trimestre em apreço, uma redução das quantidades movimentadas na generalidade dos terminais concessionados do referido porto, foi efetuada, no mesmo período, uma atualização positiva da maioria das taxas cobradas às respetivas Concessionárias, nos termos contratualmente previstos, resultando, assim, no aumento do valor das rendas auferidas pela respetiva Administração Portuária.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas, no trimestre em análise, pelas Administrações Portuárias, em cada um dos terminais concessionados.

¹⁷ Salienta-se que, em 2016, o porto de Lisboa registou um decréscimo significativo das quantidades movimentadas face ao ano homólogo anterior, resultado, sobretudo, das greves ocorridas neste porto nos meses de abril e maio de 2016.

¹⁸ Importa referir que, no caso deste porto, os fluxos financeiros têm por base o movimento de mercadorias dos terminais concessionados no trimestre imediatamente anterior àquele que se encontra em análise.

Quadro 4 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto
Valores em milhares de euros

Setor Portuário	1T2018	Peso no Total (1T)	1T2017	Δ 1T2018/1T2017	2018 P	% Execução
Terminal de Contentores de Leixões	4 287	25%	4 443	-4%	16 253	26%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	664	4%	937	-29%	2 970	22%
Silos de Leixões	54	0%	42	28%	190	28%
Terminal de Produtos Petrolíferos	1 525	9%	1 535	-1%	6 086	25%
Terminal de Expedição de Cimento a Granel	165	1%	165	0%	661	25%
Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	33	0%	18	89%	167	20%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	14	0%	7	101%	21	67%
Exploração Turística-Hoteleira	0	0%	0	n.a.	0	n.a.
Exploração de Restaurante e Bar	20	0%	19	9%	74	27%
Marina de Gaia	5	0%	5	1%	11	51%
Subtotal Douro e Leixões	6 769	40%	7 172	-6%	26 433	26%
Terminal de Contentores de Sines XXI	539	3%	1 145	-53%	6 841	8%
Terminal Multipurpose de Sines	1 149	7%	1 132	2%	4 633	25%
Terminal de Petroléiro e Petroquímico	109	1%	111	-2%	460	24%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	196	1%	210	-6%	826	24%
Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	2 104	13%	2 078	1%	8 416	25%
Subtotal Sines	4 098	24%	4 677	-12%	21 176	19%
Terminal de Contentores de Alcântara	627	4%	649	-3%	2 751	23%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1 608	10%	1 515	6%	6 496	25%
Terminal Multipurpose de Lisboa	621	4%	999	-38%	1 274	49%
Terminal Multiusos do Beato	547	3%	144	280%	984	56%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	166	1%	182	-9%	711	23%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	174	1%	197	-12%	801	22%
Terminal de Granéis Alimentares do Beato	198	1%	158	25%	714	28%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	111	1%	148	-25%	634	18%
Terminal do Barreiro	25	0%	31	-20%	91	27%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	71	0%	53	34%	315	23%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	11	0%	10	12%	36	31%
Subtotal Lisboa	4 159	25%	4 086	2%	14 807	28%
Terminal Multiusos Zona 1	455	3%	452	1%	1 927	24%
Terminal Multiusos Zona 2	1 016	6%	996	2%	4 399	23%
Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	95	1%	79	21%	367	26%
Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	40	0%	41	-2%	167	24%
Subtotal Setúbal	1 606	10%	1 568	2%	6 860	23%
Terminal Sul de Aveiro	88	1%	89	-1%	356	25%
Serviço de Reboque Aveiro	100	1%	33	202%	217	46%
Subtotal Aveiro	188	1%	122	54%	573	33%
Total	16 820	100%	17 625	-5%	69 849	24%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 5 – Identificação das concessões no sector dos Portos

	Setor Portuário	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A.	2000	25	56
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões, S.A.	2001	25	35
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal, Lda.	2007	25	5
	Terminal de Produtos Petrolíferos	Petrogal, S.A.	2006	25	n.d.
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, S.A.	2001	15+5 ⁽²⁾	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25+7+10 ⁽³⁾	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários, S.A.	2001	20 ⁽⁴⁾	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugália, S.A.	2000	20	n.d.
Aveiro	Marina de Gaia	M. Couto Alves - Marina de Gaia, Lda.	2010	30	n.d.
	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	2001	25	8
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.	2014	5	3
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores, S.A.	1984	⁽⁵⁾	35
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.	2000	20	40
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda.	2015	6	7
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, S.A.	2000	20	4
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, S.A.	2000	20	4
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A.	1995	30	3
	Terminal de Granéis Alimentares do Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A.	1995	30	87
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	2
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, S.A.	1995	30	24
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	0
Setúbal	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0
	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A.	2004	20	10
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A.	2004	20	12
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	Sapcc - Terminais Portuários, S.A.	1995	25	11
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	Sapcc - Terminais Portuários, S.A.	2003	25	4
	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, S.A.	1999	30	237
Sines	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	1992	25+5 ⁽⁶⁾	89
	Terminais Petrolero e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	2003	10+5+5 ⁽⁷⁾	4
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, S.A.	2002	20	25
	Terminal de Granéis Líquidos e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	2008	30	71
Total					779

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2017 pelos parceiros privados.

⁽²⁾ O contrato foi renovado até 17 de maio de 2021.

⁽³⁾ Em março de 2018 foi celebrado o segundo aditamento ao contrato de concessão, mediante o qual o respetivo prazo foi estendido até 31 de dezembro de 2027.

⁽⁴⁾ Em abril de 2015 a APDL praticou o ato administrativo de resolução do contrato de concessão celebrado com a Dourocais – Investimentos Imobiliários, S.A. e tomada de posse administrativa do Cais de Gaia, tendo a Dourocais – Investimentos Imobiliários, S.A. instaurado uma providência cautelar contra a APDL com vista a impedir a execução do referido ato administrativo, à qual a APDL apresentou oposição. Em fevereiro de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um Despacho a suspender a instância, aguardando pela decisão final a ser proferida pelo Tribunal Central Administrativo Norte.

⁽⁵⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3 de março de 2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho, em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade. Como referido no capítulo relativo aos Factos Relevantes, encontra-se em curso o processo de renegociação desta concessão.

⁽⁶⁾ Encontra-se a decorrer a prorrogação automática do contrato, que teve início em 2 de maio de 2017 e que terminará a 1 de maio de 2022.

⁽⁷⁾ Encontra-se a decorrer a prorrogação do contrato, que teve início em 1 de junho de 2018 e que terminará a 31 de maio de 2023.

Quadro 6 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Águas do Algarve, S.A. ⁽²⁾	2001	30	614
Águas do Norte, S.A. ⁽²⁾	2015	30	2 041
Águas do Centro Litoral, S.A. ⁽²⁾	2015	30	613
Águas de St.º André, S.A.	2001	30	103
Águas Públicas Alentejo, S.A. ^{(2) e (3)}	2009	50	103
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽³⁾	2009	50	178
Águas do Douro e Paiva, S.A. ⁽⁴⁾	2017	20	1
SIMDOURO, - Saneamento do Grande Porto, S.A. ⁽⁴⁾	2017	50	1
Águas do Tejo Atlântico, S.A. ⁽⁵⁾	2017	30	3
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. ⁽⁵⁾	2017	30	1
Águas do Vale do Tejo, S.A. ⁽⁶⁾	2017	30	1 975
TOTAL			5 633

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2017.

⁽²⁾ No seguimento do Programa do XIX Governo Constitucional, foram reorganizadas as operações do grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, nomeadamente: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, através pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio.

⁽³⁾ Parceria Estado-Autarquias.

⁽⁴⁾ Sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio).

⁽⁵⁾ Sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio).

⁽⁶⁾ Sociedade sucessora da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada por via do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e redenominada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Como tal, os valores apresentados incluem o investimento acumulado realizado nos diversos sistemas municipais anteriormente agregados à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

Quadro 7 – Identificação das concessões Hídricas

Setor Hídrico	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2008	79	437
Sistema Electroprodutor do Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70	218
Total				655

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2017.

Quadro 8 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Sector da Energia - Gás Natural	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	205
Receção e Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho/ Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	146
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	196
Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho / Pombal)	Transgás Armazenagem, Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	2006	40	19
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás – Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	45
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	98
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás – Comp. de Gás do Centro, S.A.	2008	40	75
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2008	40	35
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2008	40	24
Distribuição Regional de Gás Natural do Litoral Norte	REN Portgás Distribuição, S.A. ⁽²⁾	2008	40	222
Total				1.064

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2017. Os valores referentes ao ano de 2017 correspondem às melhores estimativas da ERSE, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

⁽²⁾ Empresa adquirida pela REN Gás S.A. (4 de outubro de 2017), anteriormente denominada por EDP Gás Distribuição, S.A..

Quadro 9 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Sector da Energia - Eletricidade	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Rede Eléctrica Nacional - Atividade de Transporte Energia Eléctrica	REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	2007	50	2.996
Exploração da Rede Nacional de Distribuição de Electricidade	EDP - Distribuição Energia, S.A.	2009	35	5.856
Exploração da Zona Piloto para a produção de energia das ondas do mar	Enondas, Energia das Ondas, S.A.	2010	45	3
Total				8.854

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2017. Os valores referentes ao ano de 2017 correspondem às melhores estimativas da ERSE, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

Quadro 10 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga
Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2018	Peso no Total (1T)	1T2017	Δ 1T2018 / 1T2017	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1 461 232	8%	1 505 487	-3%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	770 690	4%	855 273	-10%
	Silos de Leixões	179 299	1%	144 887	24%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 901 853	10%	1 990 713	-4%
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	15 174	0%	24 350	-38%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	2 197	0%	1 169	88%
Subtotal Douro e Leixões	4 330 445	24%	4 521 879	-4%	
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	4 751 622	26%	6 378 245	-26%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 213 881	7%	1 531 871	-21%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	4 323 592	24%	4 803 941	-10%
Subtotal Sines	10 289 095	56%	12 714 057	-19%	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	428 894	2%	522 306	-18%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	415 271	2%	395 967	5%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	260 398	1%	263 396	-1%
	Terminal Multiusos do Beato	66 142	0%	93 156	-29%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	169 581	1%	155 005	9%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	352 455	2%	301 317	17%
	Terminal de Granéis Alimentares do Beato	152 994	1%	104 699	46%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	345 461	2%	269 328	28%
	Terminal do Barreiro	127 958	1%	141 191	-9%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	132 703	1%	185 690	-29%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0	0%	0	n.a.	
Subtotal Lisboa	2 451 857	13%	2 432 055	1%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1				
	Contentores	3 890	0%	1 670	133%
	Carga Geral e Granéis	324 132	2%	367 732	-12%
	Outros	11 424	0%	10 386	10%
Subtotal	339 446	2%	379 788	-11%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 2				
	Contentores	394 149	2%	400 484	-2%
	Carga Geral + Outros	108 300	1%	143 184	-24%
	Subtotal	502 449	3%	543 668	-8%
Setúbal	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	153 747	1%	122 768	25%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	44 580	0%	47 261	-6%
	Subtotal Setúbal	1 040 222	6%	1 093 485	-5%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	152 910	1%	156 619	-2%
	Subtotal Aveiro	152 910	1%	156 619	-2%
Total	18 264 529	100%	20 918 095	-13%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: Os valores apresentados incluem carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos, quando aplicável.

Quadro 11 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2018 - respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário		1T2018	Peso no Total (1T)	1T2017	Δ 1T2018 / 1T2017
Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	143 125	21%	155 463	-8%
	Subtotal Leixões	143 125	21%	155 463	-8%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	375 129	56%	494 455	-24%
	Subtotal Sines	375 129	56%	494 455	-24%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	39 055	6%	48 993	-20%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	38 118	6%	34 481	11%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	29 360	4%	28 504	3%
	Terminal Multiusos do Beato	0	0%	0	n.a.
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	2 814	0%	693	306%
	Terminal do Barreiro	0	0%	0	n.a.
	Subtotal Lisboa	109 347	16%	112 671	-3%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	104	0%	99	5%
	Terminal Multiusos Zona 2	37 997	6%	40 007	-5%
	Subtotal Setúbal	38 101	6%	40 106	-5%
Total		665 702	100%	802 695	-17%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.